

PREGÃO ELETRÔNICO nº 3/2025

OBJETO: Contratação de 2 (duas) empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação multimídia para o fornecimento de conexão do ASN do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região à Internet, provendo um acesso dedicado de velocidades, em alta disponibilidade em interface Ethernet, conectado ao PoP (Point of Presence - Ponto de Presença) da CONTRATADA através de fibra óptica exclusiva e dedicada, com fornecimento e instalação de equipamento de acesso demarcador ethernet e outros equipamentos que se fizerem necessários à conexão, e com serviço de suporte técnico, nos termos do Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: N & K TECNOLOGIA

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por N & K TECNOLOGIA (CNPJ 02.486.232/0001-27), contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2025.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

Dispõe o art. 164 da Lei 14.133/2021 que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

A sessão de abertura foi designada para o dia 14/1/2025 e a presente impugnação foi encaminhada em 26/12/2024. Ela é, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

3.1. Exigência de comprovação de 10% do patrimônio líquido ou capital social.

A impugnante se insurge contra a cláusula 8.5.7 do edital, que prevê a alternativa de apresentação de patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% do valor estimado da eventual contratação resultante da licitação, caso a empresa arrematante apresente resultado igual ou inferior a 1 nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, requisito de qualificação econômico-financeira.

Argumenta que a referida cláusula fere o art. 69, §4º da Lei 14.133/2021, uma vez que, “ao restringir a comprovação apenas ao Patrimônio Líquido, o edital contraria o princípio da isonomia e compromete o caráter competitivo do certame” e que cabe “ao edital contemplar ambas as possibilidades, de modo a garantir maior competitividade e alinhamento com a legislação”.

Sem razão a impugnante.

Dispõe o §4º do art. 69 da Lei 14.133/2021:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

(...)

§ 4º A **Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.**

Os grifos não estão no original.

Percebe-se que o texto lega remete a uma faculdade da Administração de definir o critério alternativo que será exigido para a comprovação da qualificação econômico-financeira. A definição deste órgão contratante levou em conta o grau de risco que a contratação envolve, sob o ponto de vista da capacidade financeira que o futuro contratado terá de possuir.

Desse modo, no exercício da competência discricionária quando da elaboração do edital, o Tribunal estabeleceu que o parâmetro mais adequado para constatar, alternativamente, a capacidade econômico-financeira necessária à execução do objeto licitado, é a apresentação de patrimônio líquido mínimo, em face da natureza e do tipo do encargo que o futuro contratado vai assumir e o grau de risco envolvido.

Cláusula mantida.

4. CONCLUSÃO

Pelos motivos elencados, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa N & K TECNOLOGIA, por atender os requisitos de admissibilidade e tempestividade para, no mérito, **NEGAR-LHE** provimento, mantendo incólume a redação da cláusula 8.5.7 do edital.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2024.

SHEYLA DE CAMPOS MENDES
Pregoeira